

FARÍAS, Ignacio & BENDER, Thomas (orgs.). 2010.
Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies. Londres: Routledge. 333 pp.

Rodrigo Carlos da Rocha
 PPGAS/UnB

Elaborada na França e na Inglaterra, na década de 1980, tendo como figuras centrais o sociólogo, filósofo e antropólogo Bruno Latour, o engenheiro e sociólogo Michel Callon e o sociólogo John Law, a Actor-Network Theory (ANT), ou Teoria Ator-Rede, como normalmente é traduzida no Brasil, é hoje uma das mais preeminentes vertentes dos Science and Technology Studies (STS) e uma das perspectivas mais inovadoras e “descentradoras” (para o bem ou para o mal) no horizonte das ciências humanas. Entre outras coisas, é comumente “creditada” pela proposição de uma nova ontologia para o mundo, pela atribuição de cidadania aos não humanos na seara de reflexão das ciências humanas e por um “espraiamento” de agência (*agency*) para além dos limites do humano. Embora inicialmente forjada para dar conta de situações mais ou menos delimitadas, como desenvolvimentos científico-laboratoriais, aos poucos a ANT foi sendo ampliada para contextos mais amplos, para novas temáticas e outros campos disciplinares, como arte, comunicação, sociologia, antropologia e administração.

Não obstante esse transbordar, sua difusão ainda encontra áreas de difícil penetração. Há campos e temáticas quase incólumes à influência da ANT. Tal é o caso dos chamados estudos urbanos e de seu objeto por excelência – a cidade

Coletânea publicada em 2010 na série “Questioning Cities”, da Routledge, e organizada pelo sociólogo Ignacio Farías e o historiador Thomas Bender, *Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies* se estabelece sobre este pano de fundo. Seu objetivo, no nível mais geral, é constituir-se em um experimento coletivo de prospecção animado pelo objetivo de avaliar possibilidades de importação criativa de ferramentas da Actor-Network Theory (e mesmo dos STS em geral) para os estudos urbanos, como uma forma de abordar seus tradicionais objetos de uma maneira sofisticada e despojada de uma série de posturas teóricas, metodológicas e epistemológicas encaradas pelos autores como verdadeiros pecados capitais: a incorporação de uma ontologia fechada, estável e homogênea da cidade; a mobilização de metas-narrativas estruturais para explicar a vida citadina; a desconsideração da complexidade do urbano, entre outras.

Como a Actor-Network Theory muda os estudos urbanos? Quais as vantagens e as desvantagens envolvidas em sua importação? Como se entende a cidade pela ótica da ANT? Eis, em termos genéricos, o norte concebido pelos organizadores para guiar os diversos textos que compõem este volume.

O corpo do livro é formado por três grandes blocos, cada qual composto por quatro artigos e por uma entrevista, conduzida por Ignacio Farías, com algum autor importante na fundamentação teórica dos artigos do bloco em questão. Precedendo essas três partes, há uma introdução a cargo de Ignacio Farías e, como último item da coletânea, um pós-escrito de autoria de Thomas Bender. Subvertendo a ordem óbvia, salto a introdução, e começo pelo primeiro bloco.

A primeira parte, intitulada “Towards a flat ontology?”, se inicia com o capítulo “Gelleable spaces, eventful geographies: the case of Santiago’s experimental music scene”, do sociólogo Manuel Tironi, que trata dos participantes da cena musical experimental na capital chilena, visando conferir uma resposta à questão: “how can Santiago’s experimental music scene *exist* and, in addition, be productive and innovative?” (:27). O tema é desenvolvido através de uma discussão crítica do conceito de *cluster*. O segundo capítulo, “Globalizations big and small: notes on the urban studies, Actor-Network Theory, and geographical scale”, dos geógrafos Alan Latham e Derek P. McCormack, busca explorar duas maneiras de analisar o espaço social – a plana e a escalar. Mediante o pontuar de uma série de limitações à análise escalar, o capítulo defende que se pense o espaço como “flat, as not defined a priori by spatial hierarchy” (:53). Em “Urban Studies without ‘scale’: localizing the global through Singapore”, o geógrafo Richard G. Smith rejeita o conceito de escala como útil para explicar a reestruturação e a expansão dos serviços jurídicos na cidade-estado de Singapura. O último capítulo desta primeira parte, “Assembling Asturias: scaling devices and cultural leverage”, de autoria dos sociólogos Don Slater e Tomas Ariztía, trata da construção de escalas sociais a partir de um estudo de caso envolvendo um projeto de centro cultural ao norte da Espanha, jovens, agências governamentais e sua atuação enquanto pesquisadores. Encerrando esta seção, há uma entrevista com o geógrafo Nigel Thrift.

O segundo bloco do livro, de nome “A non-human urban ecology”, tem início com o artigo “How do we co-produce urban transport systems and the city? The case of Transmilenio and Bogotá”, de Andrés Valderrama Pineda. Munido das ferramentas da Teoria Ator-Rede e da teoria dos Sistemas Tecnológicos de Grande Escala, o autor discute a coprodução da cidade de Bogotá e seu sistema de transporte Transmilenio. O sexto capítulo, “Changing obdurate urban objects: the attempts to reconstruct the highway through Maastricht”, de Anique

Hommels, enfoca os processos de inflexibilidade (*obduracy*) e de mudança na cidade, em um estudo de caso sobre as tentativas de reconstrução de uma rodovia que corta a cidade holandesa de Maastricht. Nesse esforço, seus achados empíricos são confrontados com três modelos explicativos da inflexibilidade dos objetos urbanos. O próximo capítulo, “Mutable immobiles: building conversion as a problem of quasi-technologies”, da pena do antropólogo Michael Guggenheim, discute a relação entre edifícios e os modos pelos quais são usados, baseando-se em um leque de controvérsias legais em torno da conversão de um prédio industrial em um espaço de escritórios, em um setor do Cantão de Zurique, Suíça. Por sua vez, “Conviction and commotion: on soundspheres, technopolitics and urban spaces”, dos psicólogos Israel Rodríguez Giralt, Daniel López Gómez e Noel García López, põe em tela uma questão normalmente considerada secundária nos estudos urbanos: o som. No artigo, este elemento aparece como fundamental na definição e na compreensão do espaço urbano, que é apresentado como constituído de duas tecnopolíticas sonoras: uma de comoção, outra de convicção. Encerra esta segunda seção uma entrevista com o geógrafo Stephen Graham.

O terceiro bloco, “The multiple city”, é iniciado pelo artigo de Ignacio Farías, “The reality of urban tourism: framed activity and virtual ontology”, em que ele explora os sentidos pelos quais o turismo pode ser entendido como uma realidade urbana. Através dos dados sobre sua experiência com arranjos sociotécnicos de ônibus turísticos em Berlim, o autor discute a “atualização” (*actualization*) do turismo nos espaços urbanos. O décimo capítulo, “Assembling money and the senses: revisiting Georg Simmel and the City”, de autoria do sociólogo Michael Schillmeier, revisita parte da obra de Georg Simmel, desenhando-o como uma espécie de precursor da ANT. Teoricamente amparado por essa aproximação Simmel-ANT, o autor enfoca o modo como pessoas cegas lidam com o dinheiro e as tecnologias monetárias, tentando mostrar, entre outras coisas, a íntima relação entre sensorialidades individuais e a configuração das *Actor-Networks*. O próximo capítulo, “The city as value locus: markets, technologies, and the problem of worth”, da antropóloga Caitlin Zaloom, volta-se para a “physical organization of market competition” e a “production of urban value loci that results” (:254), tendo por base empírica a Câmara de Comércio de Chicago. O último artigo da seção é da historiadora Rosalind Williams, “Second empire, second nature, secondary world: Verne and Baudelaire in the capital of the nineteenth century”, que se debruça sobre o romance de Jules Verne, *Paris no século XX*, buscando entender como a leitura deste livro, publicado e descoberto há relativamente pouco tempo, poderia mudar nosso entendimento das relações entre história da

literatura e história material. Fechando a terceira parte, segue-se uma entrevista com o sociólogo Rob Shields.

As peças integrantes dessas três partes são em geral bem diversas entre si, diversidade esta que se manifesta em vários níveis: não apenas na base empírica, na vinculação disciplinar e no gênero dos textos, como tornado visível acima, mas também no que respeita à teoria (os autores partem de diversos pontos da ANT e mesmo de outras teorias dos STS) e à inscrição nacional e institucional dos autores (o volume reúne autores de instituições de oito países, de três continentes). Esta é certamente uma virtude do livro, pois permite uma maior cobertura de temas e teorias, o que, a meu ver, é fator fundamental para um experimento coletivo sobre tema tão amplo. Mas a heterogeneidade também se manifesta de uma maneira não virtuosa: nem todos os capítulos se reportam de maneira significativa ou minimamente óbvia ao problema central da coletânea e, o que é pior, alguns parecem deslocados em meio aos demais (é o caso, por exemplo, do belo e imaginativo artigo de Rosalind Williams). Para além das divergências, há no livro importantes linhas de relativa coincidência em torno de alguns temas e posturas teórico-metodológicas, o que é fundamental para o aprofundamento da reflexão.

Ao longo dessas três partes, algumas questões se sobressaem, mas limito-me, em função do espaço desta resenha e da importância do tema, àquela sobre o (des)propósito da análise escalar. Em seu artigo, Latham e McCormack formulam um libelo contra as análises baseadas em escalas, composto de uma série de suas limitações: sua dificuldade em entender padrões de organização externos à organização espacial hierárquica; seu mutismo a respeito da transformação escalar; e a precedência explicativa do global em relação a escalas inferiores (:63-4). Os autores propõem o abandono da assunção escalar como item *a priori*, ao mesmo tempo em que declaram a assunção da “planura” do mundo como ponto de partida. Tal consideração parece-me razoável, desde que – e aqui endosso a posição defendida por Bender no pós-escrito (:312) – o caráter plano do social seja entendido apenas como ponto de partida que mantém aberta a possibilidade escalar como algo a ser investigado na pesquisa. Este ponto não é consensual no volume. Richard G. Smith, no terceiro capítulo, por exemplo, só elimina o *a priori* do espaço escalar ao preço da incorporação do *a priori* do espaço plano, não deixando, neste particular, lugar para a intervenção dos dados de campo.

Passo agora a explorar a introdução e o pós-escrito que, pela semelhança existente entre eles, foram propositadamente deixados para o fim. Estas são, a meu ver, as partes mais interessantes da coletânea, pois nelas aparece de maneira mais ostensiva uma discussão sobre a mudança que a incorporação da ANT

poderia operar nos estudos urbanos. Farías, na introdução, resenhando rapidamente uma série de desenvolvimentos urbanos de autores ligados à ANT, sugere que tais princípios poderiam mudar os estudos urbanos ao desenvolverem “radically relational and symmetrical understandings of the city: challenging distinctions between global and local, close and far, inside and outside, notions of place, propinquity and boundedness” (:7-8). A gama de referências mobilizadas na introdução é, em si, um importante ingrediente na coletânea por permitir um amplo mapeamento de possibilidades de uso da ANT para estudar (n)as cidades. O pós-escrito, de Thomas Bender, mais do que qualquer outro texto no volume, fornece uma rica contextualização teórica e histórica da Teoria Ator-Rede, e pode com grande proveito fazer as vezes de texto introdutório ao volume, ao lado da introdução propriamente dita, ao menos para os leitores não muito familiarizados com as discussões em torno da Teoria Ator-Rede. Adicionalmente, o pós-escrito também traz algumas posições a respeito dos estudos urbanos inspirados pela ANT (como a ênfase na conexão entre humanos e não humanos, incluindo a infraestrutura urbana).

O que há de central na introdução e no pós-escrito (e que também aparece, em variados graus, nos demais textos) é, todavia, uma discussão sobre a ontologia que deve reger a compreensão das cidades. Esta ontologia alternativa seria, talvez, a principal mudança que a ANT operaria nos estudos urbanos. A cidade aqui é entendida como uma entidade compósita. Tal ontologia de inspiração deleuziana propõe a visualização da cidade em termos de composição (*assemblage*). Assim, a cidade é encarada como uma “active assemblage of assemblages” (:312), uma composição aberta feita de “human networks, infrastructural networks, architectural networks, security networks [...] not confined by a circumferencial boundary” (:316). Nas palavras do filósofo Manuel DeLanda, o qual Farías e Bender subscrevem, as cidades são “assemblages of people, networks, organizations, as well as a variety of infrastructural components, from buildings and streets to conduits for matter and energy flows” (DeLanda, 2006:5 *apud* Farías & Bender, 2010:316).

Terá sido *Urban assemblages* um experimento exitoso? Em termos gerais, parece-me que sim. Ainda que não chegue a constituir uma nova agenda de pesquisa em sentido pleno, como quer Ignacio Farías (:17) e, embora alguns de seus textos não enfrentem diretamente o desafio maior que o livro propõe – que, aliás, permanece uma questão em aberto – trata-se de um trabalho coletivo de grande valor, que deverá ser bem acolhido não só pelos diretamente envolvidos nas discussões dos estudos urbanos, mas também pelos antropólogos do urbano. Poderá servir de inspiração para que a antropologia urbana brasileira encete novas formas

de lidar com alguns de seus temas centrais, como as mobilidades e sociabilidades, formas estas que incorporem, entre outras coisas possíveis, alguns dos focos dos STS – como, por exemplo, aquele centrado nos não humanos nos coletivos modernos (Latour, 1994) e aquele que confere centralidade às corporificações ciborguianas nas sociedades tecnologicamente avançadas (Haraway, 2009).

Referências bibliográficas

DELANDA, Manuel. 2006. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Londres: Continuum.

HARAWAY, Donna. 2009. “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: D. Haraway; H. Kunzru & T. Tadeu (orgs.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.